

Agência  
Goiana de,  
Regulação,  
Controle e  
Fiscalização  
do Serviços  
Públicos



ESTADO DE GOIÁS  
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
CÂMARA DE JULGAMENTO

Resolução nº 25/2022-CJ, de 25 de fevereiro de 2022

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 41041, em nome da empresa Expresso São José do Tocantins Ltda, conforme Processo nº 202100029005492.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Expresso São José do Tocantins Ltda, infringiu o inciso XIV, do art. 10, da Resolução nº 297/2007-CG, ao transportar passageiros em número superior à lotação autorizada para o veículo, multa por passageiros excedente, no trajeto Anápolis à Pirenópolis, foi autuada em 15/12/2021, nos termos do Auto de Infração nº 41041;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 25/02/2022, que julgou, por unanimidade de votos, pela manutenção do auto de infração,

RESOLVE:

Art. 1º Manter o Auto de Infração nº 41041, em nome da empresa Expresso São José do Tocantins Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **IDALINO SERRA HORTENCIO, Coordenador (a)**, em 02/03/2022, às 14:25, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **000027944909** e o código CRC **C29A15C0**.



Referência: Processo nº 202100029005492



SEI 000027944909